

H I S T Ó R I A

(<https://especial.camara.leg.br/historia-200-anos-da-camara-dos-deputados/>)

Conheça a história da Câmara

A Câmara dos Deputados foi criada pela primeira Constituição brasileira, em 1824. Imposta pelo imperador D. Pedro I, a Constituição do Império instituiu a Assembleia Geral Legislativa, composta pela Câmara dos Deputados, com 102 integrantes escolhidos em eleições indiretas, e pela Câmara dos Senadores, com 50 integrantes de mandato vitalício – membros da nobreza, da magistratura e do clero. Assim, o Parlamento brasileiro já nasceu com o sistema bicameral que vigora até hoje.

A sessão de abertura da primeira legislatura da Assembleia Geral Legislativa ocorreu em 6 de maio de 1826, quando enfim os deputados e senadores puderam participar do processo legislativo brasileiro, três anos e meio após a proclamação da Independência do Brasil.

A criação do Legislativo se deu após um período turbulento. O imperador havia criado uma Assembleia Constituinte para elaborar a primeira Constituição brasileira, mas a dissolveu seis meses depois em razão dos confrontos com os deputados. Conheça a história da Constituinte de 1823.

O fim da monarquia e a Proclamação da República, em 1889, deram origem a um Congresso Constituinte, que promulgou a primeira Constituição republicana em 1891. Esta Carta deu às Casas do Poder Legislativo os nomes que conservam até hoje: o Congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado.

A duração do mandato dos deputados (ou seja, a legislatura) era de três anos, e a dos senadores, nove anos. A cada eleição de deputados, renovava-se um senador, que eram três por estado.

A Constituição de 1988, a sétima do Brasil, estabeleceu a atual configuração do Poder Legislativo. O número de deputados foi fixado em 513, eleitos pelo sistema proporcional de votos para mandatos de quatro anos, sendo no mínimo 8 e no máximo 70 por unidade federativa, em totais que variam conforme a população. Os senadores, três por unidade federativa e 81 no total, são eleitos pelo voto majoritário para mandatos de oito anos. A cada legislatura (quatro anos) são renovados um ou dois senadores por estado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS ABRE COMEMORAÇÕES DOS SEUS 200 ANOS

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/200-anos-da-assembleia-constituente/2025/camara-dos-deputados-abre-comemoracoes-dos-seus-200-anos>)



A Câmara dos Deputados iniciou nesta terça-feira (23/09/25) as comemorações dos seus 200 anos, que serão completados em 6 de maio de 2026. Em uma solenidade no Salão Nobre, foi apresentada a marca comemorativa do bicentenário da instituição e foram descerradas as placas de reconhecimento de dois acervos do Arquivo Histórico da Câmara como Patrimônio Documental da Humanidade, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, abriu a cerimônia destacando que a celebração dos 200 anos não pode ficar restrita à Casa. “Esta é, afinal, a casa do povo. A história da Câmara dos Deputados é a história do povo brasileiro, de suas ambições e de suas conquistas, da representação política e da democracia”, afirmou.

Em relação aos documentos da Câmara reconhecidos como Memória do Mundo pela Unesco, Motta declarou que “o fato mostra que os arquivos da Câmara dos Deputados, ao revelar a história do nosso país, contam uma parte importante da história do mundo”. “Por qualquer dimensão que se avalie, o Brasil é um gigante e a nossa história é uma parte incontornável da história mundial”, acrescentou.

Os acervos da Câmara considerados Patrimônio Documental da Humanidade são o “Fundo Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823”, que possui manuscritos originais da primeira assembleia constituinte brasileira, composta por deputados que debateram os rumos do Estado recém-independente; e o “Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz (1881–1985)”, que reúne registros da atuação de uma das principais figuras do movimento feminista no Brasil e no mundo, com documentos sobre sua participação no Parlamento e sua articulação internacional em prol da igualdade de gênero. Eles estão disponíveis para consulta no site do Arquivo Histórico da Câmara.

Tesouros da Câmara

O deputado Lafayette de Andrada, coordenador da Comissão Especial Curadora dos 200 anos, ressaltou que o Arquivo da Câmara é um dos mais antigos do Brasil, criado exatamente durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823. “Em nosso arquivo estão depositadas verdadeiras preciosidades”, disse, completando que os acervos considerados Patrimônio Documental da Humanidade são “dois grandes monumentos que existem aqui na Câmara dos Deputados e são de uma importância gigantesca”.

Na avaliação do diretor-geral da Câmara, Guilherme Brandão, e do diretor do Centro de Documentação e Informação (Cedi), Sérgio Sampaio, a Casa tem o dever de preservar seu arquivo e dar acesso à riqueza de seus acervos para toda a sociedade.

Brandão afirmou que cada documento preservado na Casa “ajuda-nos a contar a história de como o Brasil se desenvolveu política e socialmente”.

Já Sampaio salientou que “a Câmara dos Deputados tem um verdadeiro tesouro, que traduz seu papel ao longo desses 200 anos”. Ele elogiou ainda o trabalho dos servidores responsáveis por manter os documentos históricos íntegros ou de restaurá-los com um trabalho minucioso.

Também falaram durante o evento o primeiro-secretário da Câmara, deputado Carlos Veras, e a coordenadora-geral dos Direitos da Mulher, deputada Jack Rocha.

As comemorações dos 200 anos da Câmara terão uma série de eventos, como sessão solene, atividades culturais e desportivas, lançamento de publicações e simpósios, além de programas especiais de seus veículos de comunicação. A programação será divulgada no portal da Casa, em seus veículos de comunicação e redes sociais.

Livro Memória do Mundo



(Lançamento de programação de comemoração dos 200 anos da Câmara)

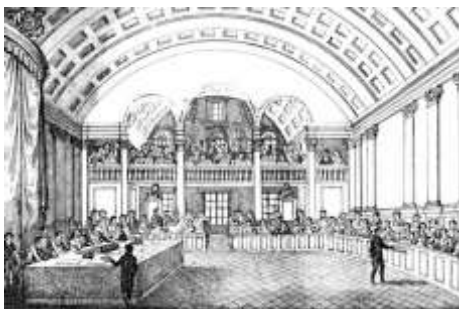
Na solenidade, foi lançado o livro “Memória do Mundo: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados”, da Edições Câmara. A obra, composta por documentos que revelam momentos decisivos da vida nacional, aproxima o público da memória coletiva e oferece novas perspectivas sobre os caminhos que moldaram a democracia brasileira.

Foram expostos ainda documentos de valor inestimável, como o discurso do imperador Dom Pedro I na sessão de abertura da primeira legislatura da Assembleia Geral Legislativa, em 6 de maio de 1826, e a ata da primeira sessão da Câmara, no dia 8 de maio de 1826.

Conheça a história da Assembleia Constituinte de 1823

17/10/2018

Ilustração/Notices of Brazil in 1828 and 1829.



(Interior da Cadeia Velha, que abrigou a Constituinte de 1823 e onde funcionou posteriormente a Câmara dos Deputados)

A primeira experiência parlamentar brasileira foi a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro. Essa data deu origem ao Dia do Parlamento.

Embora tenha sido dissolvida, é reconhecida por historiadores como o início do Poder Legislativo no País, pois reuniu deputados eleitos para elaborar uma Constituição e dotar a nação de um novo ordenamento jurídico.

O Brasil tinha se tornado independente de Portugal havia oito meses e se encontrava sob influência da guerra da independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa, da Revolução Constitucionalista da Espanha e das guerras de libertação na América espanhola.

A Assembleia Constituinte conseguiu reunir 84 de seus 100 deputados, de 14 províncias. Representava a elite política e intelectual da época, composta de magistrados, membros do clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários, militares e professores. As províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina (hoje

Uruguai) não se fizeram representar por estarem envolvidas nas guerras de independência.

Tribuna de grandes debates, ao buscar definir sua soberania, a Assembleia Constituinte entrou em confronto com o imperador D. Pedro I, que não aceitou a tentativa de redução do seu poder e a dissolveu em 12 de novembro de 1823. O imperador nomeou em seguida um Conselho de Estado para elaborar uma Constituição que lhe deu amplos poderes, outorgada em 1824.

O Brasil tinha à época cerca de 4,5 milhões de habitantes, assim distribuídos: 800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2 milhão de negros escravizados e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços.

Proposta do relator

Em 1º de setembro, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva-SP, que era o relator, apresentou um projeto de Constituição com 272 artigos. Na essência, o projeto é de teor liberalizante e de contenção do poder do monarca.

Em 10 de novembro, entrou em pauta na Assembleia um projeto sobre liberdade de imprensa. A sessão da Constituinte ficou muito agitada e tensa. Em razão de tumultos generalizados, a sessão foi suspensa.

No dia seguinte, no Plenário, Andrada propôs que a Assembleia se declarasse em sessão permanente “enquanto durarem as inquietações na cidade e que se solicitem ao governo os motivos dos estranhos movimentos militares que perturbam a tranquilidade da capital”.

A proposta foi aprovada. Essa reunião, que viria a ser chamada de “A Noite da Agonia”, varou a madrugada do dia 11 para 12 de novembro. No dia 12, no início da tarde, a tropa imperial cercou o edifício da Assembleia e colocou peças de artilharia nas entradas das ruas adjacentes. A Assembleia Constituinte foi dissolvida por decreto do imperador. Os constituintes, por prudência, retiraram-se sem protestar. Ao deixarem o prédio, alguns foram presos e depois exilados.

Trabalho da Assembleia

Mesmo tendo sido dissolvida pelo imperador, diversos artigos do projeto de Constituição foram incorporados à Carta outorgada em 1824. Além disso, 39 projetos de lei, sete requerimentos, 157 indicações, 237 pareceres, o Regimento Interno e uma proclamação aos povos do Brasil foram votados pelos constituintes.

Entre essas proposições havia criação de universidades, memoriais sobre a extinção da escravatura, mudança da capital do Império para o interior do País, catequese dos índios, colonização de terras etc.

Dos 39 projetos, seis foram aprovados e sancionados pela Assembleia. Em 20 de outubro de 1823, uma deputação nomeada pelo Plenário da Assembleia apresentou essas resoluções ao imperador para a devida execução. Transformadas em Cartas de Lei, foram registradas e publicadas.

A sede

O prédio conhecido como Cadeia Velha (ou Cadeia da Relação ou Casa da Relação), localizada no Rio de Janeiro, onde hoje é o Palácio Tiradentes, estava desocupado e foi escolhido para sediar a Assembleia Constituinte. Foi reformado e redecorado por ordem do então ministro Secretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva.



(Prédio da Cadeia Velha, que serviu de primeira sede da Câmara)

O oratório, ou Capella de Jesus, onde Tiradentes ficou preso, serviu para abrigar o Arquivo da Câmara. A Secretaria da Assembleia ficou em salão onde havia o alçapão – por onde subiam e desciam os presos.

A documentação relativa à primeira constituinte brasileira integra o acervo da Câmara dos Deputados.

O prédio da Cadeia Velha foi demolido em 1922 e em seu lugar foi construído o Palácio Tiradentes, que foi inaugurado em 6 de maio de 1926, para sediar a Assembleia Constituinte. A Câmara dos Deputados funcionou neste prédio até 1914, quando foi transferida para o Palácio Monroe. Hoje o prédio do Palácio Tiradentes abriga a ALERJ.



(Palácio Tiradentes – 1926)

Entre 1914 e 1922, o Palácio Monroe foi sede provisória da Câmara dos Deputados, enquanto o Palácio Tiradentes era construído.

O então presidente Ernesto Geisel, que também não era favorável ao edifício, sob a alegação de que prejudicava a visão do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ordenou sua demolição, que foi executada entre janeiro e junho de 1976.



(Palácio Monroe em um cartão postal de 1921)